

A luta contra as reformas segue com chances de vitória

Apesar do poder de Temer no Congresso Nacional, as manifestações da Greve Geral nas ruas teve seu peso, seu efeito e mostrou a capacidade de organização dos trabalhadores. Mesmo contra a mídia, o planalto e um congresso corrupto, a insatisfação da população foi visível até mesmo na imprensa internacional. Nada está decidido em definitivo e a luta continua, tendo como base a disposição para a luta.

A Reforma da Previdência ainda está em discussão na Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Na reunião do dia 03 de maio*, o parecer do deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) apresentou mudanças nas regras. A fase de debates entre os parlamentares foi encerrada durante a madrugada. Numa operação de guerra, o Governo Temer troca deputados em posições estratégicas na Comissão Especial, exonera donos de cargos indicados por deputados infiéis na luta pela aprovação da reforma. As mudanças retiraram alguns “bodes” colocados propositalmente no projeto inicial para que as modificações agora propostas soem como uma vitória dos trabalhadores, mas ainda assim modificam o quadro. **Veja ao lado**

Escravidão no campo?

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu, na madrugada de quinta-feira, 27 de abril, a votação do projeto de lei da reforma trabalhista (PL 6787/16, do Poder Executivo). O texto altera para pior a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao prever, entre outras medidas, a prevalência do acordo entre empregadores e empregados sobre a lei.

A matéria foi enviada ao Senado, onde os Movimentos Sociais esperam que a pressão das ruas faça efeito para a retirada do projeto. Enquanto o senado não vota, a Câmara dos Deputados pretende piorar o que já está ruim. Notícia veiculada pelo jornal Valor Econômico relata que a casa pretende votar mudanças nas leis do trabalho rural.

Em outras cidades, a repressão utilizou bombas e violência

Embora em Juiz de Fora a manifestação tenha transcorrido sem violência, no resto do país muitos protestos sofreram com a repressão policial.

Em Ponta Grossa, no Paraná, uma marcha pacífica reuniu cerca mil de pessoas, ficou marcada pela violência policial a cargo do batalhão de choque. Em São Paulo, durante bloqueios a avenidas, a Polícia Militar reprimiu brutalmente, jogando bombas de gás e de pimenta e utilizou jatos de água contra os manifestantes.

No Rio de Janeiro, bem em frente à Assembleia Legislativa (Alerj), um grupo se concentrava pacificamente para seguir em direção à Candelária quando começou a ser dispersado com bombas de efeito moral pela polícia. Na Cinelândia, a polícia usou gás lacrimogêneo para

MODIFICAÇÕES NO PROJETO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A idade mínima para as mulheres cai para 62 anos, com 25 anos de contribuição;

A regra para benefício integral cai de 49 para 40 anos de contribuição;
Aposentadoria rural com idade mínima de 57 anos para mulheres e 60 anos para homens;

Nas pensões, fica mantida a vinculação com o salário mínimo e a possibilidade de acumular aposentadoria e pensão com o máximo de dois salários mínimos;

Para Servidores Públicos, a idade mínima ficaria em 62 anos para mulheres e 65 para homens, 60 anos para professores e 55 anos para policiais, com regras de transição específicas.

Para parlamentares federais a regra fica em mínimo de 60 anos, subindo em 2020 para 65 anos para homens, 62 anos para mulheres e 35 anos de contribuição;

Mantida a vinculação com o salário mínimo, com idade mínima de 65 anos

Nas modificações, tem-se por exemplo a possibilidade dos trabalhadores serem pagos não apenas com dinheiro, mas também com alimentação e moradia. Configura-se como a institucionalização do trabalho escravo, com possibilidade ainda de aumentar a carga de trabalho para 12 horas diárias em alguns casos, além é claro da possibilidade de venda integral das férias.



Manifestantes paralisam pátio da UFJF



Ato na Praça da Estação



Manifestantes paralisam pátio da UFJF



Avenida Rio Branco

*Até o fechamento dessa edição a reunião ainda não havia terminado

GREVE GERAL - União dos Movimentos Sociais de Juiz de Fora coloca 40 mil nas ruas contra a retirada de direitos

Resistência e Luta!



Acompanhe as imagens e relatos da greve, págs. 2 e 3
Luta contra a retirada de direitos segue firme, pág. 4



Juiz de Fora foi à luta com

Milhares de trabalhadores e estudantes deram demonstração da insatisfação popular contra as reformas trabalhista e previdenciária

Estimativas das Centrais Sindicais apontam que 40 milhões de trabalhadores cruzaram os braços em protesto contra as reformas trabalhista e da previdência, na maior greve geral já realizada no Brasil. Em todas as grandes cidades do país, o povo foi às ruas. Em Juiz de Fora, bancos, escolas, transporte público, repartições e comércio paralisaram. Cerca de 35 mil estudantes e trabalhadores tomaram a Praça da Estação, a partir das nove da manhã. Quando a multidão entrou pela Avenida Francisco Bernardino, o número já havia crescido num espetáculo de democracia e resistência aos ataques provenientes do governo ilegítimo de Temer.

O carro de som do movimento informava de tempos em tempos que, nas garagens dos ônibus urbanos, trabalhadores eram ameaçados caso aderissem à greve, enquanto representantes de sindicatos, partidos, centrais sindicais e estudantes, além de movimentos sociais de todos os setores da sociedade, se revezavam no uso da palavra.

Antes, no início da manhã, Docentes, Técnicos Administrativos e Estudantes fizeram um bloqueio intermitente do trânsito no pórtico norte (São Pedro) da UFJF.

No portão, o Coordenador do DCE, Artur Avelar, explicava que estudantes estavam nas ruas em todo o país contra as reformas. “Todo esse conjunto de retirada de direitos pode inviabilizar o funcionamento das instituições federais de ensino, por isso estamos nas ruas porque não concordamos com isso”.

O professor Marcus Vinícius

Leite do IF Sudeste MG exaltava a disposição do grupo, que antes das sete da manhã já bloqueava o trânsito “Começou cedo porque a luta é na madrugada, é no dia todo na vida toda”. Logo após a liberação do trânsito, os manifestantes desceram do campus a pé em direção ao ato que já havia se iniciado no centro da cidade.

Em todo o país, sindicatos comemoravam a força do movimento, avisando que esse é apenas o começo das mobilizações. Na Praça da Estação, a professora Marina Barbosa saudou a força dos trabalhadores em nome da CSP-Conlutas, do ANDES Sindicato Nacional e da APES, destacando que a união dos trabalhadores era a única saída para combater a retirada de direitos. “a possibilidade concreta que temos de derrubar as reformas e o Temer é estarmos todos nas ruas unificados. Hoje é só um passo, precisamos continuar nos reunindo, traçar nossas estratégias, fazer mais ações de rua, garantir a nossa unidade, radicalizando nossas ações para derrubar as reformas”.

No ato, a representante do Sind-UTE JF na manifestação, Nivalda Perobelli, classificou o congresso nacional com ilegítimo para apresentar as reformas já que não foi eleito para modificar a constituição. “Nós estamos aqui para dar o recado do povo brasileiro que rejeita qualquer retirada de direitos”.

“Jogar o país na miséria não pode ser confundido com modernização. A reforma trabalhista, a previdenciária, a terceirização são na verdade grandes retrocessos para os trabalhadores brasileiros”, denunciou Berenice Alves, do Movimento Consulta Popular.

Depois de uma parada próximo ao Mergulhão, o movimento tomou as três pistas da Avenida Rio Branco e se dispersou no parque Halfeld, consolidando a vitória dos movimentos sociais de Juiz de Fora, unidos e organizados dentro do Fórum Sindical e Popular.



Fotos e redação Dannel Goulart



Contra a retirada de direitos

Avenida Rio Branco



Ato na Praça da Estação



Ato na Praça da Estação



Avenida Francisco Bernardino



Manifestantes paralisam pórtico da UFJF

